



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO CONVOAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO

(Dep. ORLANDO SILVA)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Educação, Senhor Abraham Weintraub, para comparecer ao Plenário da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos acerca dos cortes orçamentários na educação brasileira, especialmente, os realizados nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 117, II; e 219, I; ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro de Estado da Educação, Sr. Abraham Weintraub, para comparecer ao Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 15 de maio do presente ano, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos cortes orçamentários na educação brasileira, especialmente, os realizados nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministro da Educação anunciou que três grandes universidades federais, a Universidade de Brasília – UNB, a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Universidade Federal Fluminense – UFF teriam 30% das suas dotações orçamentárias bloqueadas pelo Ministério da Educação. Em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”, em 30 de abril de 2019, o Ministro afirmou que os bloqueios ocorriam pelo fato dessas instituições estarem fazendo “balbúrdia” e “evento ridículo”. Instado pela reportagem a esclarecer o que seria a “balbúrdia”, replicou exemplificando: “gente pelada no campus, acampamento de sem-terra”. Depois, diante da repercussão negativa, o MEC decidiu estender a medida para todas as universidades públicas federais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em nota, o MEC informou que o critério utilizado para o bloqueio do orçamento foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 9.741, de 28 de março de 2019. O bloqueio foi de 30% para todas as instituições. O bloqueio, diz o MEC, incide sobre os recursos do segundo semestre.

Ainda segundo a nota, o MEC estuda aplicar outros critérios na distribuição de recursos: como o desempenho acadêmico das universidades e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, as Universidades Federais e os Institutos Federais vêm sofrendo cortes no seu custeio e investimento que provocam a precarização dos serviços essenciais e a paralisação de atividades e serviços fundamentais para o pleno funcionamento do ensino, pesquisa e extensão.

Vale destacar, que as universidades brasileiras são as responsáveis pela quase totalidade de toda a pesquisa científica que se faz no país em todas as áreas: da filosofia à medicina, das artes às engenharias. Além do mais, as universidades federais são as grandes produtoras de conhecimento e, portanto, responsáveis por grande parte de nosso crescimento econômico ao longo da história. Também contribuem com o processo de democratização do país.

Vivenciamos um momento muito grave com a série de retrocessos e ataques contra a educação brasileira, especialmente os desferidos contra as universidades federais e os institutos federais.

Não por acaso, o ex-ministro da Educação, Vélez Rodríguez chegou a citar publicamente: “A ideia de universidade para todos não existe” e emendou: “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”.

E nessa linha, o atual ministro, Abraham Weintraub, em vídeo publicado em seu Twitter defendeu a mudança de prioridades. Segundo ele, “para cada aluno de graduação que eu coloco na faculdade eu poderia trazer mais dez crianças para uma creche”.

Contudo, não é bem assim. Nenhuma das etapas da educação foram poupadadas do bloqueio orçamentário conforme o levantamento de dados apresentados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – Andifes. O MEC bloqueou, por exemplo, R\$ 146 milhões, dos R\$ 265 milhões previstos inicialmente, para construção ou obra em unidades do ensino básico. O valor poderia, por exemplo, ser destinado aos municípios para construírem creches. Também foram retirados recursos do ensino técnico e a educação a distância.

Todo o recurso previsto para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), R\$ 100,45 milhões, está bloqueado. O Mediote, ação para que alunos façam ao mesmo tempo o ensino médio e técnico, tem retidos R\$ 144 milhões dos R\$ 148 milhões previstos inicialmente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Outro dado importante que deveria ser respeitado na definição da política pública do setor é o aumento verificado, entre 2010 e 2014, da quantidade de estudantes das classes D e E em universidades federais brasileiras. Consequência, certamente, da adoção das políticas das cotas raciais, do Prouni, da expansão dos polos e campi e da criação dos Institutos Federais de Educação e Tecnologias.

Por fim, é preciso ter em conta, que o corte orçamentário nas universidades e nos institutos federais representará a demissão dos funcionários terceirizados, a dispensa dos estagiários, o aumento do valor dos restaurantes universitários, corte nos hospitais universitários, o corte das bolsas de iniciação científica e corte das bolsas permanência.

Por essas razões, afirmamos que a universidade pública e gratuita é um patrimônio da sociedade brasileira e precisa ser defendida. Devido a essa compreensão, requeiro o comparecimento do Senhor Abraham Weintraub ao Plenário desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos com a maior brevidade possível.

Sala da Sessão, 13 de maio de 2019.

Deputado **ORLANDO SILVA**

PCdoB/SP